

O pior não é o melhor

VAMIREH CHACON

Os atuais episódios da Argentina e Polônia, à direita e à esquerda, estão soando o alarme para certos brasileiros, mostrando-lhes que o pior não é o melhor, ao contrário do que voltam a pensar, vez por outra.

Claro que não cabem comparações extrapolantes.

As situações de Buenos Aires e Varsóvia diferem do Brasil em muitos pontos, que não nos devem fazer esquecer os pontos em comum.

O cientista político de Oxford, Samuel E. Finer, diz ironicamente que deve causar surpresa quando os militares não estão no poder. Afirmção que nada tem de paradoxal, se levarmos em conta serem as Forças Armadas a mais antiga burocracia do mundo, exatamente aquela que dá segurança a uma dinastia, a uma classe ou a uma Nação. Nos últimos tempos, liderando a tecnologia de ponta.

Não se trata, de maneira nenhuma, de festejar a ascensão ou mesmo a consolidação dos militares no poder de vastas áreas do globo. Qualquer conhecimento elementar de ciência social, devidamente desapassionado, sabe distinguir juízo de valor e juízo de realidade.

Que seria de muitos jovens Estados africanos sem seus exércitos?

A Nigéria, por exemplo, no caso de Biafra?

Só com o tempo se diversifica e enrijece a tessitura social, com a divisão do trabalho gerando também instituições protetoras na forma de associações intermediárias entre o indivíduo e o Governo. Até lá, percorre-se um longo e acidentado itinerário. Nem Roma se fez num dia, nem muito menos as grandes matrizes da democracia. E mesmo elas continuam dependendo, em grande parte, das suas Forças Armadas, embora num contexto muito diferente, porque articulado e livre.

As nossas próprias instituições ainda são tão frágeis que não vale a pena expô-las em confrontações desnecessárias. Neste caso, o exemplo argentino bem que serve de ilustração.

É verdade que estão crescendo, mais do que nunca, as associações profissionais, sobretudo patronais e liberais nesta etapa do desenvolvimento brasileiro. É verdade igualmente que a Igreja, desistindo de ser um Estado dentro do Estado, vai, vez por outra, ao extremo oposto, e que não encontra igrejas competitivas inclusive na defesa dos direitos naturais, mas não deixa de dar um saldo positivo a sua atuação.

Os maiores problemas continuam na área sindical, minada pelo antigo pelagismo e pelas novas contestações. Manifestações de imaturidade, alias sendo superadas numa velocidade dando margem a algum otimismo. Só que o mesmo

não vem ocorrendo com os partidos políticos.

A legislação partidária prossegue falha.

A insignificância do fundo partidário, e suas limitações excessivas, restringem ao máximo seus efeitos, com diversos resultados negativos, a começar pelo caciquismo, na falta de funcionários de carreira, e terminando pela intermitência das suas atividades, no fim e ao cabo contribuindo pouco para a politização popular.

Dir-se-á que não se quer modificar a situação.

É muito provável que se trate de argumento verdadeiro, o que em nada modifica a situação, antes urge a denúncia e os remédios também raramente propostos.

Como, então, imaginar que, numa Nação ainda encontrando no Estado o seu arcabouço mais sólido, seja possível dispensar ou antagonizar as Forças Armadas? O trabalho de incluir outros segmentos na direção do país não precisará necessariamente excluir os militares, nem os próprios tecnocratas. Verdade que todos acabam reconhecendo, quando diminuem as paixões. O difícil consiste em crescer mesmo com tropeços que, felizmente, entre nós ainda não chegaram ao ponto da Polônia, onde passaram a aparecer fardados até os locutores de televisão.

Ainda bem que a fusão ou incorporação das Oposições está destinada previamente ao fracasso. O saudoso Petrônio Portella costumava repetir duas coisas fundamentais: o pluripartidarismo ressuscitava a figura do político, permitindo-o de novo transacionar, e o rodízio teria de começar com a transformação do PDS num partido no poder, em vez do poder.

Queimar etapas, significa queimar-se.

O Estado é ainda tão forte, e as Forças Armadas dentro dele, que não há nem o que sonhar com saltos de obstáculos. Eles precisam ser sondados, contornados ou escalados mesmo penosamente.

Ninguém nunca morreu no Brasil pelo Legislativo.

Não houve aqui guerra entre Coroa e Parlamento, com o povo ao lado deste. Nem muito menos revolução socialista. Ela própria tendo de parar seu mudancismo na porta do quartel, como na revolução cultural chinesa. Em toda parte, Forças Armadas significam ordem e hierarquia, difíceis de conciliar, embora possíveis, com democracia.

Claro, por outro lado, que sem o Legislativo fica ainda pior para os quartéis receberem uma tensão política que deveria desaguar no Congresso. É preciso que os dois lados entendam pelo menos isto.

Mas não se imagine, com ingenuidade, apesar de frequentes e recentes desmenti-

dos da realidade, que, a curto prazo, não seria viável fechar o Legislativo e que, a longo prazo, no lugar comum, não estejamos todos mortos.

Precisamos ganhar tempo no sentido pleno da palavra, ao acostumar-nos a ouvir o povo nas eleições. Não existe método infalível para ninguém ganhar sempre nas urnas. Na França da Quinta República há eleição indireta, eleição em dois turnos, eleição distrital numa divisão feita pelo Governo, que ganhou durante vinte e dois anos, mas terminou perdendo em 1980. Foi o suficiente para desaparecerem velhos ódios, reorganizando-se a sociedade, surgindo novas gerações. O tempo histórico apresenta-se muito mais rápido entre nós.

É muito tarde para mexicanizar-se o Brasil. O tempo era o de Médici, com gente às vezes mandada para a oposição a fim de possibilitá-la em alguns lugares. Agora o Brasil está maior, tanto para o bem quanto para o mal, e os eleitores foram se manifestando em direções diversas. A roda da História não retorna. Quem se repete são as meras frequências estatísticas; o fato histórico sempre se apresenta singular, irreversível. Convivamos com o futuro. Nada de saudosismos de supostos "bons tempos". O melhor, para quem constrói, está sempre por vir.

Votar é inclusive didático.

Em cada eleição, costuma pelo menos 60% do Congresso deixar de ser reeleito. Da próxima vez, a média será ainda maior. De tanto votar, acertando e errando, termina se aprendendo. Este, sim, o maior segredo das democracias: a continuidade para superar suas inevitáveis imperfeições.

Portanto, o pior — não haver eleições, o Congresso ter seus mandatos prorrogados em vez de fechamento dramático — não é melhor em nenhum sentido.

Cabeça fria e confiança no eleitor, por cima de tranços e barrancos, eis a melhor fórmula. Casuística nunca deixou de haver, outrora praticada por oligarquias dentro do próprio Congresso. Que se lembrem, por exemplo, os reconhecimentos dos eleitos na República Velha, com frequência consagrando os de menor votação, ou o voto de bico de pena comandado pelo clientelismo também autoritário do latifúndio.

O problema foi que, enquanto na Inglaterra eram combatidos os "burgos podres" de eleitorado fantasma, no Brasil vimos, em diversas ocasiões, interrompida por golpes de Estado a nossa evolução institucional, com Constituições se sucedendo numa sarabanda sem fim, nem raízes.

Vamos evitar a cíclica repetição do erro.